



# Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PROJETO DE LEI Nº 06, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025.

### **Dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro e dá outras providências.**

O povo do Município de Campo Belo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 1.437,77 (um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos) ao Lar das Crianças Pedacinho do Céu, entidade sem fins lucrativos, com sede à Rua João Anacleto Moreira, nº 45, Campo Belo/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 17.889.726/0001-20.

**Parágrafo Único.** O auxílio a que se refere o caput deste artigo é oriundo do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), captados por meio da destinação do Imposto de Renda para as Organizações da Sociedade Civil, conforme deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

**Art. 2º.** O auxílio autorizado no artigo primeiro desta Lei será concedido exclusivamente se a entidade atender às exigências contidas na Lei nº 13.019/2014, e as seguintes condições:

- I. não tenha fins lucrativos;
- II. atenda a população de forma gratuita;
- III. comprove regular funcionamento;
- IV. comprove regularidade de mandato de sua diretoria;
- V. ter prestado contas da aplicação de recurso anteriormente recebido, e não ter prestação de contas apresentado vício insanável;

**Parágrafo Único.** Fica vedada a concessão de auxílio à entidade citada no art. 1º que não estiver com suas prestações de contas devidamente aprovadas, perdurando tal vedação até que tal obrigação seja satisfeita.

**Art. 3º.** Os repasses relativos ao auxílio de que trata esta Lei, observarão:

- I. a existência de recursos orçamentários e financeiros;
- II. a aprovação do Plano de Trabalho;
- III. celebração do Termo de Fomento ou Colaboração;
- IV. a indicação da conta específica para repasse do valor.

**Art. 4º.** A entidade beneficiária de recursos públicos prestará contas obrigatoriamente, perante o órgão competente do Executivo Municipal, 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência Termo de Fomento ou Colaboração, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 8.370/2024.



# Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 5º.** As despesas autorizadas por esta Lei, serão suportadas por dotação específica, constante na Lei nº 4.281, de 26 de dezembro de 2024.

**Parágrafo Único.** Se necessário fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, até o valor do repasse autorizado no artigo 1º desta Lei, com utilização dos recursos estabelecidos nos incisos I, II ou III, do § 1º, artigo 43, da lei 4.320/64.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Belo, 03 de fevereiro de 2025.

**ADALBERTO RIBEIRO LOPES**  
Prefeito Municipal